

Vaquinha Compulsória

Imagine a seguinte situação: você é convidado a contribuir para uma vaquinha – para os jovens, “crowdfunding” - destinada a arrecadar recursos para financiar a viagem à França de uma aluna pobre de uma escola pública do interior do Piauí. Ela se sagrou vencedora de um concurso nacional para selecionar o representante do Brasil na olimpíada mundial de matemática. Se você tiver recursos, quase certo, reagirá positivamente. Afinal a causa é nobre.

Agora imagine que você tenha sido convidado para contribuir em outra vaquinha para financiar a viagem à Suíça, para esqui, de um aluno rico de tradicional escola privada de São Paulo. Quase certo, sua reação será negativa. E não preciso explicar o porquê.

Ambas as hipóteses tratam de contribuições optativas. Se fossem compulsórias provavelmente causariam revolta. Porém, há muitas leis e regulamentação pouco conhecidas que fazem exatamente isso: criam vaquinhas compulsórias. Só que poucos se dão conta de sua existência. Por exemplo a imensa maioria da população paga um valor adicional na conta de luz para subsidiar o consumo de eletricidade nos períodos noturnos pelos poucos que têm dinheiro para instalar painéis solares em seus telhados.

Ao longo de décadas, o Congresso aprovou políticas públicas que criaram “cercadinhos vip” para alojar os beneficiados por uma alguma “bondade”. A imensa maioria da população, que arca com o correspondente custo, fica do lado de fora. Tipicamente, aqueles que irão se instalar nos cercadinhos são os que propõem e atuam dentro do Congresso para aprovar esse tipo de legislação.

Mesmo as políticas públicas “do bem”, que não criam cercadinhos, podem ser benéficas apenas durante um tempo limitado. Por isso devem ser periodicamente reexaminadas. Por exemplo, o incentivo à energia solar se justificava quando essa fonte energética não era competitiva. Hoje já é.

O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP tem extenso material de avaliação de políticas públicas calcadas em subsídios. Trata-se do ponto de partida para diagnosticar quais dessas políticas devem ser extintas ou reformadas porque se tornaram desnecessárias ou mesmo contraproducentes. É preciso demolir alguns cercadinhos vip para abrir espaço orçamentário que permita alocar recursos para a diminuição das desigualdades sem sobrecarregar a dívida pública. Mas não é um caminho fácil de ser trilhado.

Para além da questão técnica de mensurar os subsídios, o desafio será explicitar o conflito de interesses entre quem recebe e quem paga. De um lado, os bem articulados do lado de dentro dos cercadinhos, protegidos por políticas ineficazes. De outro, a desarticulada maioria do lado de fora, que não tem ideia de que está sendo prejudicada.

Não se trata de incentivar a polarização do “nós contra eles” que tanto mal já nos fez. E sim de acumular força política para demolir cercadinhos. A recente assunção do CMAP pelo Ministério do Planejamento acende a esperança de que a competente ministra Simone Tebet saberá conduzir esse processo com equilíbrio, determinação e sabedoria.

Jerson Kelman é membro da Academia Nacional de Engenharia

Publicado em O Globo 10/01/2023

